

17/5/98 B4

ENERGIA

Primavera, após 18 anos, vai ser acionada

A hidrelétrica, que custou US\$ 4,8 bilhões só de juros, está quase pronta, mas esbarra em problemas judiciais por causa do impacto ambiental nas margens do Rio Paraná

CLEY SCHOLZ

A hidrelétrica de Porto Primavera, no Rio Paraná, maior obra em andamento no País, está entrando em fase de conclusão com um custo contábil de US\$ 9,3 bilhões, quase cinco vezes mais que o previsto no projeto original.

A última obra faraônica projetada no fim dos anos 70 terá um custo adicional de US\$ 4,8 bilhões só de juros, por conta de um atraso de 12 anos na construção iniciada em 1980.

Os cortes de pessoal nas obras civis já começaram, mas a polêmica em torno do impacto ambiental da barragem de 13 quilômetros de extensão parece estar longe do fim.

O fechamento das comportas da hidrelétrica estava programado para o início deste mês, mas foi adiado para dia 31, exigência dos organismos de defesa do meio ambiente. Agora, a obra corre o risco de ficar mais alguns meses à espera da formação do reservatório diante da ameaça de embargo da inundação.

Os promotores do meio ambiente dos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Município de Presidente Prudente ingressaram na Justiça Federal na sexta-feira com uma ação cautelar solicitando a medida liminar contra o início da inundação. Eles querem que a Companhia Energética do Estado de São Paulo (Cesp) cumpra todas as obrigações previstas no Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

Desastre - "Porto Primavera representa um dos maiores desastres ecológicos da história do País", afirma o promotor Nelson Bugalho, do Ministério Público Estadual. "Considerando apenas o aspecto ecológico, o melhor a fazer seria proibir definitivamente a formação do reservatório, mantendo a barragem como um monumento contra as obras mal planejadas que atentam contra o meio ambiente."

A Cesp argumenta que já cumpriu todas as exigências ambientais e promete recorrer ao Tribunal Regional Federal (TRF) para manter o cronograma. O Secretário de Energia de São Paulo, Andrea Matarazzo, admite que o impacto da obra é grande, mas considera que o prejuízo será maior se a usina não começar a funcionar. "A energia de Porto Primavera é vital para atender às necessidades de consumo do País", afirma.

No dia 31, se a Justiça permitir, as águas do Rio Paraná começam a ser represadas para a formação de um reservatório de 250 quilômetros de extensão com largura média de 10 quilômetros. O enchimento será feito em duas etapas, para que a Cesp possa concluir a remoção de 1.700 famílias e desmatar extensas áreas ainda cobertas por florestas.

Na várzea do Rio Paraná, no lado do Mato Grosso do Sul, uma paisagem semelhante à região do Pantanal será coberta pela represa de 2.250 quilômetros quadrados. A inundação ameaça a vida de milhares de animais, inclusive alguns em extinção como o Cervo-do-Pantanal, a Onça Pintada, a Jaguaritica e o Tamandua Bandeira. O desnível da água na barragem será de apenas 16 metros e grande parte do reservatório terá profundidade de um ou dois metros. Trinta e duas ilhas do Rio Paraná vão desaparecer. O lago, 5,5 vezes maior que a Baía da Guanabara, é maior que o de Itaipu, que fica no mesmo Rio Paraná (são 175 mil quilômetros quadrados em Itaipu, e 225 mil em Primavera). Mas a quantidade de energia gerada por Itaipu é oito vezes superior (12,6 milhões de quilowatts em Itaipu, e apenas 1,8 milhão em Primavera).

A usina foi projetada quando ainda não havia uma legislação ambiental. Hoje a preocupação com o impacto socioeconômico e ecológico da hidrelétrica é maior e a própria Cesp admite que o projeto seria inviável. Além do custo ambiental, que a estatal tenta reduzir com investimentos na recuperação da flora e da fauna, a maior preocupação da empresa é com o prejuízo provocado pelo atraso das obras ao longo de quase duas décadas. A inauguração, prevista

originalmente para 1986, deve acontecer em julho, 12 anos depois do previsto.

Se o cronograma corresse de acordo com o previsto, o preço seria pelo menos 50% inferior. O custo contábil, considerando os juros, fará com que o quilowatt gerado em Primavera seja vendido com prejuízo, segundo o diretor-financeiro da Cesp, Celso Minchillo. "O juro de 10% ao ano acabou duplicando o custo."

A Eletrobrás e o governo do Estado negociaram de uma só vez, no início dos anos 80, a compra de todos os equipamentos eletromecânicos e subestações para Primavera e outras hidrelétricas iniciadas no mesmo período (Rosana, Taquaruçu, Ilha Solteira, Três Irmãos e Jupia). Com o término da obra de Itaipu, a Cesp era obrigada a comprar toda a energia excedente da binacional, por imposição do governo federal. Com isso, as barragens paulistas tornaram-se desnecessárias na época e faltaram recursos para prosseguir as obras.

Porto Primavera seguiu em ritmo de tartaruga, pois havia muitas contratuais elevadas em caso de paralisação. Os equipamentos importados começaram a chegar e precisavam ficar estocados em condições especiais para que não se deteriorassem. A Cesp construiu armazéns enormes, alguns climatizados, para dar manutenção permanente aos sistemas. Técnicos vieram da França para cuidar do enorme estoque de peças.

Vale-energia - O custo do atraso quase tornou o projeto inviável, e no ano passado o governo paulista montou uma operação financeira de US\$ 1,5 bilhão para financiar o restante do projeto. Os consórcios de empresas construtoras e fornecedores de equipamentos concordaram em instalar as primeiras 11 turbinas (de um total de 18) recebendo o pagamento de US\$ 1,1 bilhão em papéis, uma espécie de vale-energia. São títulos de energia a termo e debêntures. Outros US\$ 400 milhões vieram de recursos da própria Cesp.

A estatal, que começa a ser privatizada em julho com a venda da sua área de distribuição (Elektro), comprometeu-se a quitar a dívida nos próximos cinco anos com o dinheiro da venda da eletricidade que será gerada em Primavera.

O prejuízo acumulado durante a construção poderia ter sido menor se a prioridade do governo do Estado nas últimas administrações fosse construir uma hidrelétrica de cada vez. Mas as autoridades preferiram administrar politicamente os vários projetos iniciados simultaneamente.

Os equipamentos elétricos foram comprados em um único pacote, no fim do governo Figueiredo, já que o crédito externo estava vinculado aos financiamentos dos próprios fornecedores. "O preço poderia ter sido 50% inferior se não fossem os atrasos", afirma o Secretário de Energia de São Paulo, Andrea Matarazzo. "Se o empreendimento estivesse a cargo de uma empresa privada, certamente não haveria tanto desperdício", acrescenta o encarregado do Programa de Desestatização das Energéticas Paulistas.

Funcionários da Cesp comentam que, além do atraso, os custos também aumentaram por causa da excessiva interferência política de prefeitos, deputados e até vereadores do interior. Pelo projeto, a Cesp assumia o compromisso de realizar obras compensatórias como escolas, clubes, hospitais e casas populares nos municípios que vão perder parte do seu território. "Por interesse político, os dirigentes da estatal nas gestões anteriores acabavam aceitando pedidos de favores para atender a solicitações de políticos e líderes comunitários", diz um engenheiro aposentado da empresa.

Agora, com a hidrelétrica quase pronta, a Cesp quer colocar Primavera em funcionamento o mais rápido possível, com o argumento de que é necessário começar a gerar

A ÚLTIMA GRANDE OBRA

Depois de 20 anos de construção, Porto Primavera vai começar a funcionar

Potência instalada: 1.814 megawatts, suficientes para abastecer uma cidade de 5,5 milhões de habitantes

Barragem mais extensa do Brasil: 11,38 quilômetros, quatro vezes maior que a Avenida Paulista

Dimensão da obra civil: 2,1 milhões de metros cúbicos de concreto, equivalentes a 35 estádios iguais ao Maracanã

Previsão para início da operação comercial: 30 de julho

Custo previsto no início das obras, em 1980: 2,2 bilhões

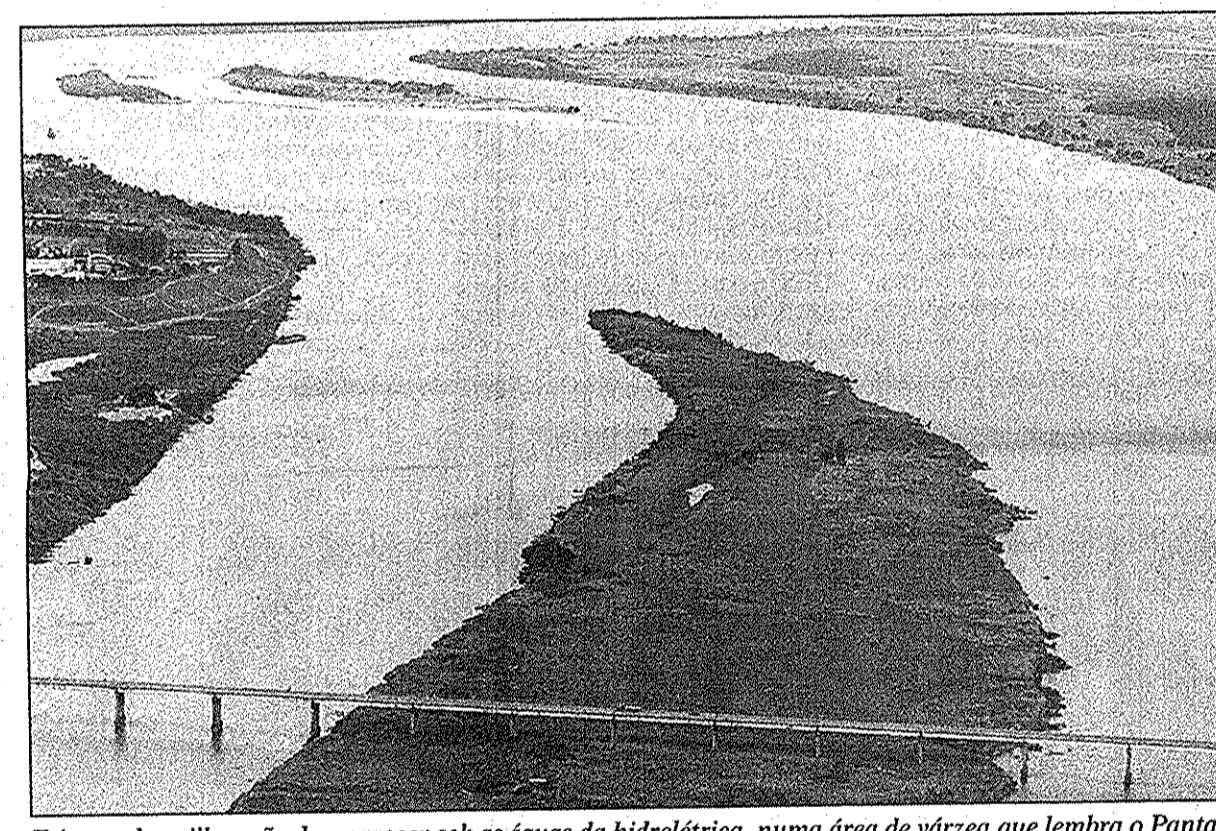
Custo atual, incluindo juros: 9,3 bilhões

Número de empregados na barragem hoje: 7 mil

Famílias já removidas ou à espera de remoção: 1.700

Animais da bacia de inundação: 22 espécies de anfíbios, 37 espécies de répteis, 298 espécies de aves e 60 espécies de mamíferos

Espécies ameaçadas de extinção: Cervo-do-Pantanal, Jacaré-do-papo-amarelo, Bicudo, Macuco, Onça Pintada, Suçuarana, Jaguaritica, Tamandua Bandeira e Lontra



Trinta e duas ilhas vão desaparecer sob as águas da hidrelétrica, numa área de várzea que lembra o Pantanal



O americano Labisky: destruição de riqueza natural



A guindasteira Lídia Mara: medo de perder o trabalho

RECEITA COM ENERGIA SERÁ USADA PARA PAGAR OBRA

energia para amortizar parte da dívida. Segundo os críticos do projeto, por trás da pressa da empresa estaria o interesse do governador Mário Covas, de inaugurar a primeira turbina antes da eleição.

A primeira turbina deve entrar em testes em junho para começar a funcionar comercialmente no fim de julho. Pela lei eleitoral, Covas não pode inaugurar nenhuma obra três meses antes das eleições (a partir de 4 de julho).

Um projeto que altera a legislação ambiental das reservas florestais a serem inundadas em Porto Primavera está sendo obstruído pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa há uma semana. "Existe interesse político por trás dos argumentos dos ecologistas", afirma Andrea Matarazzo, que não admite a existência

de interesse eleitoral na pressa da Cesp.

Espécies ameaçadas - Um relatório preparado por técnicos da Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, a ser entregue à Justiça Federal esta semana, acusa a companhia estatal de não atender às exigências previstas no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da hidrelétrica. O relatório reúne uma série de acusações para tentar convencer a Justiça a embargar o início da formação do reservatório.

"A maior parte dos programas não foi executada na sua integralidade", afirma o promotor do Ministério Público Estadual em Presidente Prudente (SP), Nelson Bugalho. Ele diz que a Cesp não concluiu os programas de controle de erosão e assoreamento, não desmatou a maior parte das florestas que serão alagadas nem fez obras mitigatórias para atenuar os efeitos da elevação do lençol freático.

Ele destaca que o desmatamen-

to é importante para conservar a fauna aquática, já que os peixes podem morrer por falta de oxigênio se a floresta submersa apodrecer. O relatório também acusa a estatal de não limpar totalmente a área a ser alagada. Os programas de pesquisa e manejo da flora e da fauna também estariam atrasados e a promotoria não se convence com o argumento da empresa de que não é possível salvar todas as espécies animais. "Eles alegam que a fauna vai se autodeslocar", comenta o promotor, que quer saber em detalhes os locais indicados para soltura dos animais capturados durante a inundação.

O promotor denuncia que o lago coloca em risco a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção, incluindo uma nova espécie descoberta recentemente na região, a onça preta. "Ela vai ser ex-

tinta antes de ser catalogada", reclama.

Cervo-do-pantanal - A Cesp nega as acusações e garante que cumpriu todas as exigências legais, promovendo obras mitigatórias além do que previa a lei. A empresa também argumenta que a margem do lado paulista já está totalmente deteriorada pela pecuária e, no Mato Grosso do Sul, a região já é inundada todos os anos na época das cheias. Mas o risco contra espécies ameaçadas é confirmado até pelo especialista em cervídeos, Ronald Frank Labisky, da Universidade da Flórida, contratado pela Cesp para o programa de pesquisa e acompanhamento da população de cerca de mil cervos-do-pantanal que vivem na várzea do Rio Paraná a ser inundada.

"O fechamento das comportas da represa vai provocar a destruição de uma área ambiental muito rica, onde está a segunda maior população de cervos-do-pantanal, e ela vai ser parcialmente dizimada", comenta ele. "A perda mais significativa vai ser a das inúmeras espécies de aves que habitam e procriam no pântano." O especialista americano acha que o Brasil está perdendo muito da sua riqueza ambiental. "Seria muito importante que a população lutasse para preservar o que resta da sua ecologia para as gerações futuras, pois essa inundação poderia ter sido evitada se houvesse uma pressão maior da população na época em que a obra foi iniciada."

O especialista em animais silvestres, Maurício Barbanti, do Departamento de Melhoramento Genético Animal da Unesp, afirma que o impacto de Primavera é "monstruoso, mas inevitável". Ele confirma que é impossível resgatar todos os animais da área do reservatório, mesmo os ameaçados de extinção. "Não temos áreas para colocar todos os animais, pois as áreas disponíveis estão em equilíbrio e a introdução de outros animais representa um risco", explica. "O que podemos fazer é selecionar alguns exemplares para enviar aos zoológicos, alguns para as unidades de conservação e fazer o acompanhamento dos demais", diz o professor.

Vários animais estão sendo capturados e em seguida soltos com uma coleira equipada com radiotransmissor e bateria. Com helicópteros e aparelhos receptores, os técnicos farão o acompanhamento do comportamento dos animais durante o enchimento do lago. "Vamos aproveitar a inundação para saber como as espécies se deslocam durante a inundação, e assim saberemos se eles são capazes de sobreviver em novas áreas ou se vão morrer de fome ou afogados."

Desemprego - No alto da barragem de 13 quilômetros de Porto Primavera, o clima é de tensão entre os operários que trabalham nas obras civis, onde os cortes de pessoal já começaram. As empreiteiras Techint e Camargo Corrêa empregam seis mil operários na construção, mas quando a hidrelétrica estiver pronta, deverão empregar apenas 150 técnicos.

A ex-professora primária Aparecida, Maria Soares Costa, de 33 anos, está há um ano e um mês na obra trabalhando como guindasteira. Com salário mensal de R\$ 602, ela conta que a construtora está demitindo entre 40 e 50 trabalhadores por dia. Ela conta que estava desempregada antes de trabalhar na obra e não sabe onde poderá obter outro emprego quando Primavera for concluída. O marido também depende da obra para viver, trabalhando como pintor na vila onde moram os trabalhadores. O casal tem três filhos e vive em uma casa própria comprada da Cesp no ano passado.

Lídia Mara Bispo, outra guindasteira, comenta que na região as mulheres só encontram empregos como domésticas ou comerciais. "Com tanto desemprego, será difícil achar uma vaga", conta Lídia, que no emprego anterior ganhava R\$ 90 por mês no balcão de uma padaria em Diamante do Norte (PR).

O montador Nelson Moreira Rocha, de 27 anos, barrageiro há quatro anos com salário de R\$ 460, chegou a Primavera depois de perder o emprego em uma destilaria de álcool em Teodoro Sampaio (SP), sua terra natal. "O clima aqui é de desemprego, por causa da ameaça de privatização", diz.

DESEMPREGO AMEAÇA 7 MIL OPERÁRIOS DA BARRAGEM